

## Apresentação

---

Houve um tempo em que se imaginava que a tarefa da *doutrina era asséptica e neutra* em relação ao direito que lhe incumbia interpretar. Nesse caldo de cultura, certamente era recomendável que as obras de doutrina refletissem os debates sobre a formação da legislação (*travaux préparatoires*) e fossem escritas a partir da jurisprudência que procurasse *desvendar* o seu significado com o auxílio dos casos do foro. A preocupação da doutrina nesse ambiente seria propriamente a de *descrever* o sistema legal e a jurisprudência que a partir dele se formou.

É claro que, partindo-se dessas bases, impunha-se à doutrina um *compasso de espera*, um tempo de observação da legislação e da jurisprudência antes de lançar-se à sua tarefa de descrição do sistema. Tanto melhor seria o trabalho do intérprete quanto maior o material que pudesse recolher para sua *neutra exposição*.

É claro que semelhante modo de ver o papel da doutrina – e da interpretação que lhe toca – hoje só pode ser encarada como um capítulo concernente à *história do pensamento jurídico*. Como o direito depende de interpretação para adquirir significado normativo (daí porque se fala no percurso *das fontes às normas*) e a construção do sistema depende de conexões de sentidos normativos (daí porque *das normas ao sistema*), imaginar que a doutrina exerce um papel neutro e descritivo é pressupor que o direito não depende da conjugação dos esforços do legislador, do juiz e do professor para adquirir vida normativa. Sendo a atividade de interpretação do direito *adscritiva de significado* (e não meramente descritiva), o papel da doutrina não pode ser visto como neutro. Pelo contrário, tem de ser ativo e conformador do próprio direito.

Isso faz surgir sobre os ombros da doutrina uma responsabilidade que se supunha antes inexistente – ou para a qual se fazia questão de fechar os olhos: a *responsabilidade social* de oferecer bases de significados normativos para construção do significado das normas, para conformação dos institutos e para moldura do próprio sistema jurídico. E é claro que semelhante tarefa é urgente quando se procura imprimir uma *determinada maneira de compreender o processo civil*, especialmente quando está em jogo a face que pode tomar a justiça civil diante de uma nova codificação.

É diante desse contexto e embalados por essa tarefa que oferecemos os três volumes do nosso *Novo Curso de Processo Civil* à comunidade jurídica brasileira. Para que o processo civil seja capaz de prestar tutela aos direitos e a justiça civil seja capaz de tratar os casos com justiça e resolvê-los adequada, tempestiva e efetivamente, é imprescindível que a *doutrina colabore de forma ativa e criativa* para construção do novo processo civil.

Os três volumes do *Novo Curso* vêm sendo por nós cuidadosamente preparados desde que iniciaram os debates sobre o novo Código de Processo Civil – mais precisamente, desde o momento em que oferecemos críticas e propostas ao Projeto em 2010. A partir daquele instante percebemos, inclusive, que era necessário abordar o processo civil a partir de suas peculiaridades teóricas (e isso fez com que optássemos por dedicar o volume I integralmente à teoria do processo civil – e apenas à teoria do *processo civil*) e que era necessário sistematizar o processo civil a partir do seu escopo de prestar tutela aos direitos (o que foi determinante para organização do *Novo Curso* nos dois volumes subsequentes: o volume II voltado à *tutela dos direitos mediante procedimento comum* e o volume III focado na *tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*), abandonando-se a velha organização de que caudatária o Código Buzaid, fundada na divisão estanque entre processo de conhecimento, processo de execução e processo cautelar.

Com isso, esperamos que o novo Código colabore na difusão de uma maneira de ver o processo civil centrado na ideia da tutela dos direitos e fomenta o único compromisso plausível que se pode adscrever à justiça civil no Estado Constitucional: tratar os casos com justiça – e tudo que essa fórmula impõe para os direitos carentes de tutela e para a necessidade de unidade da ordem jurídica.

Por fim, agradecemos aos colegas Marcella Pereira Ferraro, Jordão Violin e Leandro Rutano, pelo minucioso trabalho de revisão realizado e pela constante disposição na verificação das várias versões do novo Código de Processo Civil ao longo de sua elaboração e da construção desta obra.

Verão de 2015.

LUIZ GUILHERME MARINONI  
SÉRGIO CRUZ ARENHART  
DANIEL MITIDIERO

# Sumário

---

APRESENTAÇÃO .....	11
PARTE I	
NOÇÕES GERAIS	
1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS.....	43
1.1 Técnica processual e tutela dos direitos.....	43
1.2 Tutelas contra o ilícito e tutelas contra o dano. Tutela satisfativa e tutela cautelar .....	46
1.3 Cognição e execução no sistema da tutela jurisdicional dos direitos...	48
1.4 Processo e tutela dos direitos: tutela dos direitos mediante procedimento comum e procedimentos diferenciados .....	50
1.5 Segue: tutela definitiva fundada em cognição exauriente e tutela provisória fundada em cognição sumária .....	51
CASO.....	53
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	55
2.1 Introdução .....	55
2.2 Jurisdição.....	55
2.2.1 Limites da jurisdição nacional e das jurisdições estrangeiras.....	58
2.2.2 Cooperação Internacional.....	59
2.3 Competência .....	60
2.3.1 Normas gerais .....	61
2.3.2 Determinação da competência .....	63
2.3.3 Regimes de competência.....	66
2.3.4 Modificações da competência .....	70
2.3.5 Declaração de incompetência.....	71

2.3.6	Cooperação nacional.....	72
2.3.7	Atos concertados entre juízes cooperantes.....	73
CASO.....		75
3.	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO.....	77
3.1	O processo civil como uma comunidade de trabalho.....	77
3.2	Juiz .....	80
3.2.1	Imparcialidade .....	81
3.2.2	Poderes e deveres do juiz na condução do processo e no julgamento da causa .....	82
3.3	Partes.....	84
3.3.1	Conceito de parte.....	84
3.3.2	Capacidade processual .....	87
3.3.3	Poderes e deveres das partes no processo .....	88
3.3.4	Litisconsórcio .....	89
3.3.4.1	Litisconsórcio necessário .....	94
3.3.4.2	Litisconsórcio unitário.....	95
3.3.4.3	Regime jurídico do litisconsórcio .....	96
3.4	Terceiros.....	98
3.4.1	Intervenção voluntária .....	99
3.4.1.1	Assistência.....	99
3.4.1.1.1	Assistência simples .....	100
3.4.1.1.2	Assistência litisconsorcial .....	103
3.4.1.2	<i>Amicus curiae</i> .....	104
3.4.1.3	Intervenção anômala.....	106
3.4.2	Intervenção forçada .....	107
3.4.2.1	Denúnciação da lide.....	107
3.4.2.2	Chamamento ao processo .....	110
3.4.2.3	Terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica .....	112
CASO.....		114
4.	ATOS PROCESSUAIS.....	115
4.1	Ato processual .....	115
4.2	Atos das partes e pronunciamentos do juiz .....	118

4.3	Forma, tempo e lugar dos atos processuais .....	120
4.4	Invalidades processuais .....	121
4.5	Prazos .....	123
4.6	Comunicação dos atos processuais .....	127
	CASO .....	134
5.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .....	135
5.1	Formação do processo .....	135
5.2	Suspensão do processo .....	135
5.3	Extinção do processo .....	139
	CASO .....	142

## Parte II

### A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CONHECIMENTO DA CAUSA

1.	PROCEDIMENTO COMUM.....	145
1.1.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados. O procedimento comum como procedimento padrão para a tutela dos direitos.....	145
1.2.	Estrutura do procedimento comum .....	147
1.3.	Alterações de procedimento por iniciativa judicial e pela vontade das partes. Negócios processuais em tema de procedimento .....	148
1.4.	Fases e estágios do procedimento comum.....	150
1.4.1.	Perspectiva horizontal.....	150
1.4.2.	Perspectiva vertical.....	153
	CASO .....	154
2.	PETIÇÃO INICIAL .....	155
2.1.	A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo .....	155
2.2.	Requisitos da petição inicial .....	156
2.2.1.	Partes.....	157
2.2.2.	Causa de pedir .....	157
2.2.3.	Pedido .....	162
2.2.3.1.	Pedido certo.....	165

2.2.3.2.	Pedido determinado.....	165
2.2.3.3.	Pedido alternativo.....	166
2.2.3.4.	Cumulação de pedidos.....	167
2.2.3.4.1.	Cumulação simples.....	167
2.2.3.4.2.	Cumulação sucessiva.....	169
2.2.3.4.3.	Cumulação alternativa .....	169
2.2.3.5.	Modificações da causa de pedir e do pedido ....	170
2.2.4.	Valor da causa .....	171
2.2.5.	Requerimento de provas .....	172
2.2.6.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação .....	172
2.3.	Emenda à petição inicial .....	172
2.4.	Indeferimento da petição inicial.....	173
2.5.	Improcedência liminar do pedido.....	174
2.6.	Deferimento da petição inicial .....	176
CASO.....		177
3.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO .....	179
3.1.	A designação da audiência preliminar .....	179
3.2.	Modelo multiportas .....	181
CASO.....		183
4.	ATITUDES DO RÉU .....	185
4.1.	Atitudes do réu .....	185
4.2.	Contestação.....	186
4.3.	Reconvenção.....	192
4.4.	Revelia.....	195
CASO.....		203
5.	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.....	205
5.1.	Técnica antecipatória e tutela dos direitos. A perversa ideologia por detrás do legislador em matéria de antecipação da tutela .....	205
5.2.	Tutela satisfativa e tutela cautelar. Tutela específica e tutela pelo equivalente mediante técnica antecipatória.....	207

5.3.	A técnica antecipatória como forma de distribuição isonômica do ônus do tempo no processo civil. A “urgência” e a “evidência” como seus fundamentos .....	208
5.4.	A técnica antecipatória como forma de promoção da lógica do provável. A probabilidade do direito como seu pressuposto .....	212
5.5.	Requerimento da parte .....	215
5.6.	Interinalidade .....	216
5.7.	Momento .....	216
5.8.	Competência .....	218
5.9.	Fundamentação .....	218
5.10.	Eficácia.....	219
5.11.	Efetivação.....	221
5.12.	Fungibilidade.....	222
5.13.	A necessidade de tutela ao direito antecedente ao processo.....	222
5.13.1.	Tutela antecipada antecedente. Autonomização e estabilização.....	223
5.13.2.	Tutela cautelar antecedente. Referibilidade .....	228
5.14.	Responsabilidade.....	229
CASO.....		230
6.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	231
6.1.	Tutela adequada e sumarização formal do procedimento.....	231
6.2.	Extinção do processo .....	232
6.3.	Julgamento antecipado do mérito.....	233
6.3.1.	Julgamento integral.....	233
6.3.2.	Julgamento parcial .....	235
CASO.....		237
7.	ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	239
7.1.	Do despacho saneador à organização em cooperação com as partes.....	239
7.2.	Organização do processo.....	240
7.2.1.	Organização retrospectiva.....	241
7.2.2.	Organização prospectiva .....	241

CASO.....	244
8. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....	245
8.1. Objeto da audiência e sua necessidade.....	245
8.2. Unidade da audiência e possibilidade de seu desdobramento.....	246
CASO.....	248
9. PROVA.....	249
9.1. A função da prova .....	250
9.1.1. A verdade e as teorias sobre sua busca.....	250
9.1.2. A definição de prova .....	256
9.2. Objeto da prova .....	259
9.3. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio.....	260
9.3.1. O direito e o dever à prova.....	260
9.3.2. As regras de privilégio como exceção ao dever de prova .....	263
9.4. Ônus da prova.....	267
9.4.1. O fim da distribuição do ônus da prova .....	267
9.4.2. Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu.....	270
9.4.3. A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida .....	271
9.4.4. Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada .....	271
9.4.5. A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material .....	272
9.4.6. A distribuição e a modificação do ônus da prova no Código de Processo Civil.....	274
9.4.7. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor .....	276
9.4.8. Modificação convencional do ônus da prova.....	280
9.4.9. Ônus da prova, convicção e motivação.....	283
9.5. Fatos afirmados que não dependem de prova.....	284
9.5.1. Considerações iniciais.....	284
9.5.2. Fatos notórios .....	284
9.5.3. Confissão.....	286

9.5.4.	Não contestação.....	288
9.5.5.	Presunção legal de existência ou de veracidade .....	292
9.6.	Poder probatório do juiz.....	293
9.7.	Prova emprestada.....	294
9.8.	Fases do procedimento probatório .....	297
9.9.	A prova indiciária.....	299
9.9.1.	Considerações iniciais.....	299
9.9.2.	Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisório) .....	305
9.10.	A prova e a ação inibitória .....	306
9.10.1.	Apresentação das premissas .....	306
9.10.2.	Pressupostos da ação inibitória.....	308
9.10.3.	A ameaça .....	309
9.10.4.	A prova da ameaça .....	311
9.11.	A obtenção antecipada de prova.....	315
9.12.	Prova ilícita.....	320
9.12.1.	As provas típicas e atípicas .....	320
9.12.2.	Os planos dos fatos e das provas .....	321
9.12.3.	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador ...	322
9.12.4.	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída .....	323
9.12.5.	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova .....	323
9.12.6.	A gravidade da violação.....	324
9.12.7.	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências .....	325
9.12.8.	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”.....	326
9.12.9.	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF.....	327
9.12.10.	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil .....	328
9.12.11.	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade .....	329

9.12.12.	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	332
9.12.13.	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimto inevitável” ( <i>inevitable discovery exception</i> ) e o “descobrimto provavelmente independente” ( <i>hypothetical independent source rule</i> ) .....	334
9.12.14.	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear .....	336
9.12.15.	A teoria da descontaminação do julgado .....	336
9.13.	Depoimento pessoal .....	337
9.13.1.	Conceito, natureza jurídica e generalidades .....	337
9.13.2.	Procedimento probatório .....	341
9.14.	Confissão.....	342
9.14.1.	Conceito e generalidades .....	342
9.14.2.	Natureza jurídica .....	344
9.14.3.	Elementos da confissão .....	345
9.14.4.	Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão .....	347
9.14.5.	Confissão efetiva e confissão ficta.....	349
9.14.6.	Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada .....	350
9.14.7.	Eficácia.....	350
9.14.8.	Indivisibilidade da confissão.....	352
9.15.	Exibição de documento ou coisa .....	354
9.15.1.	Generalidades e definição .....	354
9.15.2.	Campo de atuação da exibição.....	355
9.15.3.	Exibição e dever de colaboração com o Judiciário .....	355
9.15.4.	Natureza da exibição .....	357
9.15.5.	Fundamento da exibição .....	357
9.15.6.	Sujeitos da exibição .....	358
9.15.7.	Procedimento da exibição em face da parte .....	360
9.15.8.	Procedimento da exibição em face de terceiro.....	361
9.16.	Prova documental .....	362
9.16.1.	Generalidades.....	362
9.16.2.	Noção .....	364
9.16.3.	Prova documental e prova documentada .....	366

9.16.4.	Documento e instrumento.....	367
9.16.5.	Elementos do documento.....	368
9.16.6.	Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade.....	372
9.16.7.	Prova documental e evolução tecnológica.....	374
9.16.8.	A prova documental eletrônica na Lei 11.419, de 2006.....	380
9.16.9.	A fotografia digital.....	382
9.16.10.	Prova documental e <i>fac-símile</i> .....	383
9.16.11.	Força probante dos documentos.....	385
9.16.12.	Produção da prova documental.....	387
9.16.13.	Incidente de arguição de falsidade documental.....	391
9.17.	Ata notarial.....	397
9.18.	Prova testemunhal.....	398
9.18.1.	Generalidades e conceito.....	398
9.18.2.	A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio.....	400
9.18.3.	Produção da prova testemunhal.....	402
9.19.	Prova pericial.....	405
9.19.1.	Generalidades e definição.....	405
9.19.2.	O perito e os assistentes técnicos. A perícia consensual.....	406
9.19.3.	Produção da prova pericial.....	408
9.19.4.	Segunda perícia.....	410
9.19.5.	Valor da prova pericial.....	410
9.20.	Inspeção judicial.....	411
9.20.1.	Generalidades e noção.....	411
9.20.2.	Produção da inspeção judicial.....	411
CASO 1	.....	413
CASO 2	.....	414
10. SENTENÇA	.....	415
10.1.	Conceito.....	416
10.2.	Função.....	417
10.3.	Sentença, decisão e justificação. <i>Context of discovery e context of justification</i> .....	421
10.4.	Sentença, decisão e racionalidade. O duplo discurso.....	422

10.5.	Elementos essenciais da sentença.....	424
10.6.	Em especial: a fundamentação da sentença.....	425
10.6.1.	Sentença e convicção.....	426
10.6.1.1.	Verdade e convicção.....	426
10.6.1.2.	Convicção e participação judicial.....	427
10.6.1.3.	Limitações à produção da prova.....	428
10.6.1.4.	A tese sueca sobre o convencimento judicial....	429
10.6.1.5.	A acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprinzip</i> e <i>Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante.....	430
10.6.1.6.	A teoria de Gerhard Walter.....	431
10.6.1.7.	Objecções à teoria da verossimilhança preponderante.....	432
10.6.1.8.	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	433
10.6.2	Fundamentação e prova.....	434
10.6.2.1.	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes.....	435
10.6.2.2.	A explicação e a contextualização do conteúdo e do significado das provas.....	435
10.6.2.3.	A motivação da prova indiciária e da presunção.....	436
10.6.2.4.	Motivação não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora...	437
10.6.2.5.	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas.....	438
10.6.2.6.	Raciocínio probatório, decisão e justificação....	439
10.6.2.6.1.	A justificação da credibilidade da prova.....	440
10.6.2.6.2.	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada.....	441
10.6.2.6.3.	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato.....	442
10.6.2.6.4.	O raciocínio entre o indício e o fato essencial.....	442
10.6.2.6.5.	Valoração individual e valoração conjunta.....	445

10.6.2.6.6.	Avaliação conjunta, o encontro de duas narrativas aceitáveis e a reconstrução da verdade no processo .....	446
10.6.2.6.7.	As dimensões analítica e sintética	447
10.6.2.6.8.	Coerência narrativa e reconstrução da verdade no processo.....	448
10.6.2.6.9.	A coerência lógica.....	449
10.6.2.6.10.	A congruência .....	449
10.6.2.6.11.	A integração entre os métodos analítico e sintético.....	451
10.6.3.	Fundamentação e direito. O direito ao contraditório como direito de influência e o dever de fundamentação analítica como dever de diálogo no novo CPC .....	452
10.6.3.1.	As hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. A vedação à decisão genérica .....	453
10.6.3.2.	Ainda as hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. O prévio diálogo na determinação da interpretação e na aplicação do direito. A vedação à decisão-surpresa.....	454
10.6.3.3.	A necessidade de análise de todos os fundamentos do processo e não só daqueles que convergem para a decisão .....	455
10.6.3.4.	O art. 489, § 2º, do CPC/2015 .....	456
10.7.	Regra da congruência.....	460
10.8.	Sentença e fato superveniente .....	462
10.9.	Sentença e preclusão consumativa.....	463
10.10.	Classificação das sentenças.....	464
10.11.	Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência .....	473
10.11.1.	Sentença declaratória.....	473
10.11.2.	Sentença constitutiva .....	475
10.11.3.	Sentença condenatória.....	475
10.11.4.	Sentença mandamental.....	478
10.11.5.	Sentença executiva .....	478
10.12.	Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos .....	480
10.13.	Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes .....	482
10.14.	A questão da tutela específica dos direitos .....	485
10.15.	Sentenças não autossuficientes e as várias espécies de tutela.....	488
10.15.1.	Primeiras considerações .....	488

10.15.2.	Tutela inibitória .....	488
10.15.2.1.	Premissas .....	488
10.15.2.2.	Pressupostos .....	489
10.15.2.3.	Tutela inibitória como corolário do direito fundamental à tutela adequada e efetiva .....	490
10.15.2.4.	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva .....	491
10.15.2.5.	Tutela inibitória individual e tutela inibitória coletiva .....	491
10.15.2.6.	Tutela inibitória e regra da adstrição ao pedido .....	492
10.15.2.7.	Tutela inibitória, sentença mandamental e sentença executiva .....	494
10.15.3.	Tutela inibitória do inadimplemento .....	496
10.15.4.	Tutela de remoção do ilícito .....	497
10.15.5.	Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito .....	500
10.15.6.	Tutela ressarcitória na forma específica .....	503
10.15.7.	Tutela pelo equivalente monetário .....	504
10.15.8.	Tutela de imissão na posse .....	504
10.15.9.	Tutela reivindicatória .....	505
10.15.10.	Tutela de reintegração de posse .....	506
10.15.11.	Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição de contrato .....	507
CASO .....		510
11. RECURSOS .....		511
11.1.	Conceito .....	511
11.2.	Sucedâneos recursais .....	513
11.3.	Classificação dos recursos .....	514
11.4.	Normas fundamentais .....	517
11.4.1.	Duplo grau de jurisdição .....	518
11.4.2.	Taxatividade .....	520
11.4.3.	Unirrecorribilidade .....	520
11.4.4.	Fungibilidade .....	521
11.4.5.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	524
11.4.6.	Colegialidade .....	524

11.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	525
11.6. Efeitos dos recursos .....	532
11.6.1. Devolutivo.....	532
11.6.2. Translativo.....	534
11.6.3. Suspensivo.....	534
11.6.4. Expansivo.....	536
11.6.5. Substitutivo .....	536
11.6.6. Obstativo.....	537
11.7. Apelação.....	537
11.8. Agravo de instrumento .....	543
11.9. Agravo interno.....	546
11.10. Embargos de declaração.....	549
11.11. Recurso ordinário .....	553
11.12. Recurso extraordinário e recurso especial .....	554
11.13. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial .....	569
11.14. Embargos de divergência .....	571
CASO.....	574
12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	575
12.1. Processo nos tribunais.....	575
12.2. Ordem dos processos nos tribunais .....	576
12.2.1. Registro e distribuição .....	576
12.2.2. Poderes do relator .....	576
12.2.3. Julgamento colegiado.....	577
12.2.4. Decisão não unânime e convocação de novos julgadores. A técnica da ampliação do quorum de julgamento .....	578
12.3. Incidentes recursais.....	579
12.3.1. Incidente de assunção de competência .....	579
12.3.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	585
12.3.3. Incidente de conflito de competência .....	588
12.3.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	590
12.4. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e do recurso repetitivo .....	600
12.4.1. Introdução.....	600
12.4.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	601

12.4.2.1.	Meio processual para resolução de litígios de que derivam casos em massa e sistema de precedentes das Cortes Supremas: decisão <i>erga omnes</i> e precedente .....	601
12.4.2.2.	Coisa julgada sobre questão (art. 503, § 1º, CPC/2015) .....	603
12.4.2.3.	<i>Non-mutual collateral estoppel</i> . A possibilidade de o terceiro alegar a proibição de rediscutir a questão já decidida no direito estadunidense ..	603
12.4.2.4.	Violação do direito constitucional de participar em contraditório .....	606
12.4.2.5.	Solução para a preservação da técnica processual .....	608
12.4.3.	Recursos extraordinário e especial repetitivos .....	610
12.4.3.1.	Compreensão dos recursos extraordinário e especial repetitivos enquanto meios que viabilizam a elaboração de precedentes .....	610
12.4.3.2.	Direito ao recurso especial e necessidade de enfatizar o contraditório .....	612
12.4.3.3.	Participação dos legitimados e do Ministério Público e compensação da não participação dos recorrentes .....	614
12.4.3.4.	A particularidade do recurso extraordinário: a repercussão geral .....	615
12.5.	Ações originárias .....	616
12.5.1.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória .....	616
12.5.2.	Ação rescisória .....	619
12.5.2.1.	Generalidades .....	619
12.5.2.2.	Hipóteses de cabimento .....	620
12.5.2.3.	Juízo rescindente e juízo rescisório .....	625
12.5.2.4.	Procedimento .....	627
12.5.3.	Ação anulatória de ato processual .....	631
12.5.4.	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	633
12.5.5.	Reclamação .....	634

CASO.....	637
13. PRECEDENTES .....	639
13.1. Aproximação entre as tradições de <i>civil law</i> e de <i>common law</i> .....	639
13.2. Precedentes.....	640
13.3. O art. 927 do CPC de 2015 e “os pronunciamentos que devem ser observados pelos Juízes e Tribunais” .....	647
13.3.1. Introdução .....	647
13.3.2. Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade .....	648
13.3.3. Acórdãos em incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos .....	648
13.3.4. Súmulas vinculantes e súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	649
13.3.5. O caráter exemplificativo do art. 927 do CPC .....	650
13.4. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> .....	651
13.5. Decisão e Precedente .....	653
13.5.1. O julgamento colegiado nas Cortes Supremas.....	653
13.5.2. Maioria em relação ao resultado e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente .....	655
13.5.3. Compatibilização entre a função de resolver os casos e a função de elaborar precedentes.....	656
13.6. Distinções e superações.....	659
13.7. Efeitos no tempo da decisão que revoga precedente (art. 927, § 3º, CPC/2015).....	662
13.7.1. Modulação dos efeitos da decisão revogadora diante da transformação da função das Cortes Supremas.....	662
13.7.2. A “confiança justificada” como critério para a modulação dos efeitos da decisão revogadora .....	662
13.7.3. Meios para a regulação dos efeitos temporais .....	663
13.7.4. Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e da revogação de precedente .....	663
CASO.....	665
14. COISA JULGADA.....	667
14.1. Coisa julgada como expressão da segurança jurídica .....	667
14.2. Coisa julgada e preclusão .....	668

14.3.	Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate .....	670
14.4.	Limites da coisa julgada .....	675
14.4.1.	Limites territoriais .....	675
14.4.2.	Limites temporais .....	676
14.4.3.	Limites subjetivos .....	677
14.4.3.1.	Extensão da coisa julgada em benefício de terceiros .....	680
14.4.4.	Limites objetivos .....	681
14.4.4.1.	Coisa julgada e questão prejudicial .....	682
14.5.	Eficácia da coisa julgada .....	684
14.5.1.	Eficácia negativa .....	684
14.5.2.	Eficácia positiva .....	684
14.5.3.	Eficácia preclusiva .....	685
14.6.	A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade: impugnação, rescisória e modulação de efeitos .....	689
14.6.1.	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: a afirmação dos Precedentes Constitucionais .....	689
14.6.2.	A ação rescisória fundada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, CPC/2015) .....	691
14.6.3.	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional. Crítica .....	694
14.6.4.	A adoção de “interpretação” depois dita inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal: reforço da evidência de que a norma judicial não se confunde com o texto legal e, assim, não pode ser rescindida por norma posteriormente elaborada pela Corte Suprema .....	703
14.6.5.	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada .....	706
14.6.6.	O verdadeiro fundamento da rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada .....	706
14.6.7.	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015 .....	707
14.6.8.	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material .....	708

14.6.9.	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	711
14.6.10.	Modulação de efeitos e coisa julgada .....	712
14.7	Relativização da coisa julgada.....	716
14.7.1.	Introdução .....	716
14.7.2.	Investigação de paternidade e exame de DNA.....	717
14.7.3.	Justa indenização e distorção da prova pericial .....	717
14.7.4.	A pretensão de uso da “proporcionalidade”.....	718
14.7.5.	A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial .....	723
14.7.6.	O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional ....	729
CASO.....		731

### Parte III

#### A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	TEORIA DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS MEDIANTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	735
1.1	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória.....	737
1.1.1	A sentença autossuficiente e a sentença dependente de execução .....	737
1.1.2	A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	738
1.1.3	As formas de execução da sentença condenatória na história .....	740
1.1.4	A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução .....	741
1.1.5	A falsa suposição de que a sentença condenatória é tutela jurisdicional do direito .....	745
1.1.6	A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação .....	746
1.1.7	O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação .....	748

1.1.8	A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos .....	749
1.1.9	As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação .....	752
1.2	Panorama histórico da efetivação de sentenças no Código de Processo Civil de 1973 e a atipicidade das formas executivas.....	754
1.2.1	Primeiras observações .....	754
1.2.2	A ação de execução de sentença no CPC de 1973 .....	755
1.2.3	O sistema executivo dos arts. 461 e 461-A do CPC de 1973.....	757
1.2.4	A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução no Código de 1973.....	762
1.2.5	A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória na vigência do Código de 1973.....	764
1.2.6	As insuficiências do modelo do CPC de 1973 .....	768
1.2.7	O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.....	769
1.2.7.1	Da visão clássica da ação como direito ao julgamento de mérito à noção de direito à obtenção da tutela do direito material .....	769
1.2.7.2	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idônea à situação material litigiosa e o princípio da tipicidade da execução como obstáculo à efetividade do direito de ação .....	770
1.2.7.3	O direito fundamental de ação e suas exigências no Estado Constitucional .....	772
1.2.8	Panorama geral do Código de Processo Civil atual e a influência das ideias desenvolvidas no direito anterior na formação do atual cumprimento judicial de prestações .....	773
1.2.9	Uma luz no fim do túnel. A abertura do sistema de proteção dos créditos à atipicidade das formas executivas.....	774
1.3	Técnica executiva e tutela dos direitos .....	775
1.3.1	A sentença dependente de execução .....	775
1.3.2	Tutela do direito e sentença.....	776
1.3.3	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia” .....	777
1.3.4	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia.....	777
1.3.5	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos.....	779

1.4	Princípios fundamentais da execução .....	781
1.4.1	Considerações gerais.....	781
1.4.2	O princípio do título executivo.....	781
1.4.3	O princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas.....	782
1.4.4	O princípio do resultado .....	783
1.4.5	O princípio da responsabilidade patrimonial/pessoal .....	784
1.4.6	O princípio da menor onerosidade da execução.....	786
1.4.7	O princípio da transparência patrimonial.....	787
1.4.8	O princípio do contraditório .....	788
1.5	As formas de execução .....	790
1.5.1	Noção de execução.....	790
1.5.2	Execução direta e execução indireta.....	791
1.5.3	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito .....	792
1.5.4	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor .....	793
1.5.4.1	Execução através de multa .....	793
1.5.4.1.1	Primeiras observações.....	793
1.5.4.1.2	A natureza da multa diante do ressarcimento.....	794
1.5.4.1.3	O destinatário do valor da multa ...	795
1.5.4.1.4	A multa e os fazeres infungível e fungível.....	796
1.5.4.1.5	Limite do valor da multa.....	798
1.5.4.1.6	Critérios para a definição do valor e da forma temporal da multa.....	799
1.5.4.1.7	Eficácia da multa .....	801
1.5.4.1.8	O instante em que a multa pode ser cobrada.....	802
1.5.4.1.9	O problema do “efeito perverso” da multa .....	803
1.5.4.1.10	A questão da modificação do valor da multa.....	804
1.5.4.2	A prisão como meio executivo.....	805
1.5.4.3	Execução mediante outras modalidades de convencimento .....	810
1.5.5	Atuação executiva alheia à vontade do devedor.....	812

	1.5.5.1	Execução através da sentença .....	812
	1.5.5.2	Obstaculização, remoção e apossamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juízo .....	813
	1.5.5.3	Realização de fazer. Execução por particular ...	814
	1.5.5.4	Execução por expropriação .....	815
1.6		O art. 515, I, do CPC e as sentenças que dependem de execução.....	816
	1.6.1	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças .....	816
	1.6.2	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença .....	818
	1.6.3	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito .....	819
	1.6.4	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória .....	820
	1.6.5	O conceito clássico de condenação.....	820
	1.6.6	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação .....	823
	1.6.7	Elementos incluídos no gênero sentença não autossuficiente e presentes nas novas modalidades de sentenças .....	826
	1.6.8	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução .....	828
	1.6.9	Critérios para a classificação das sentenças dependentes de execução .....	828
	1.6.10	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional.....	830
	1.6.11	A sentença que tutela o direito constringendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução.....	833
	1.6.12	Sentença com eficácia executiva extrínseca e sentenças de executividade intrínseca. O problema do art. 513, § 1.º, do CPC .....	836
	1.6.13	Fungibilidade de técnicas .....	838
	1.6.14	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva.....	838
1.7		Os títulos executivos judiciais.....	840
	1.7.1	Observações gerais.....	840
	1.7.2	O rol dos títulos judiciais.....	841

1.8	Liquidação da obrigação .....	848
1.8.1	Requisitos da obrigação a executar .....	848
1.8.1.1	Exigibilidade .....	848
1.8.1.2	Certeza .....	850
1.8.1.3	Liquidez .....	851
1.8.2	Liquidação da obrigação. Considerações gerais .....	851
1.8.3	Natureza da liquidação.....	853
1.8.4	Liquidação por cálculos.....	855
1.8.4.1	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros.....	855
1.8.4.2	Elaboração do cálculo pelo contador judicial... ..	857
1.8.5	Liquidação por arbitramento .....	859
1.8.6	Liquidação pelo procedimento comum .....	861
1.8.7	Princípio da fidelidade ao título.....	862
1.8.8	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidação. Decisão ou sentença? .....	866
1.8.9	Liquidação e coisa julgada.....	868
1.9	Questões gerais do procedimento de cumprimento de sentença .....	870
1.9.1	Observações iniciais.....	870
1.9.2	A instauração do cumprimento de sentença e a cumulação de execuções.....	870
1.9.3	Partes e terceiros .....	872
1.9.3.1	As partes na execução. Litisconsórcio.....	872
1.9.3.2	A intervenção de terceiros na execução.....	874
1.9.3.3	O cônjuge do executado e sua situação na execução.....	875
1.9.4	Competência .....	876
1.9.5	Os efeitos do início da execução. A prescrição .....	879
	CASO .....	882
2.	A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	883
2.1	Imposição de fazer e de não fazer, prestação da tutela do direito e meios de execução adequados .....	884
2.1.1	Considerações iniciais.....	884

2.1.2	Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente.....	885
2.1.3	Tutela inibitória.....	885
2.1.4	Tutela de remoção do ilícito .....	891
2.1.5	Tutela ressarcitória na forma específica .....	893
2.1.6	Tutela do adimplemento na forma específica.....	900
2.1.7	Tutela do adimplemento perfeito .....	904
2.1.8	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer...	905
2.2	O Poder Executivo diante da Imposição do Fazer e do Não Fazer .....	906
2.2.1	A liquidação da sentença.....	906
2.2.2	A concentração do poder de execução .....	907
2.2.3	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida.....	909
2.2.4	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada .....	911
2.2.5	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado .....	912
2.2.6	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado.....	913
2.2.7	Conversão da tutela específica em perdas e danos .....	913
2.2.8	O controle do poder executivo do juiz .....	915
2.2.8.1	Adequação e necessidade .....	915
2.2.8.2	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos .....	916
2.2.8.3	O controle do poder executivo na fase de execução .....	916
2.2.8.4	A importância da justificativa para o controle do poder executivo .....	917
2.3	Defesa do Executado .....	918
2.3.1	Os recursos no controle do poder executivo.....	918
2.3.2	A defesa em primeiro grau de jurisdição.....	919
2.4	A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade.	921
2.4.1	Tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade.....	921

2.4.2	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade .....	922
2.4.3	A natureza da sentença que presta a tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade.....	922
2.4.4	O equívoco de subordinar os efeitos da sentença ao seu trânsito em julgado .....	924
2.4.5	Requisitos para se poder obter sentença que produza os efeitos da declaração de vontade em relação a contrato não cumprido .....	927
2.4.5.1	Apresentação da questão .....	927
2.4.5.2	O registro do contrato preliminar .....	928
2.4.5.3	A sentença de procedência e o surgimento de novas obrigações .....	929
	CASO.....	930
3.	ASENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA .....	931
3.1	A “ação que tem por objeto a entrega de coisa” e as tutelas dos direitos .	931
3.1.1	Considerações preliminares .....	931
3.1.2	Tutela específica e meios executivos .....	932
3.2	As diversas tutelas dos direitos prestadas a partir da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de entregar coisa e os meios de execução adequados .....	934
3.2.1	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa.....	934
3.2.2	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa .....	936
3.2.3	Tutela de imissão na posse.....	939
3.2.4	Tutela reivindicatória .....	941
3.2.5	Tutela de reintegração de posse .....	942
3.2.6	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato .....	944
3.2.7	Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa .....	948
3.3	Coisa certa e coisa incerta.....	948
3.3.1	Conceito.....	948
3.3.2	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade .....	949

3.3.3	Coisa incerta e coisa fungível.....	949
3.3.4	Coisa incerta e obrigação alternativa .....	949
3.3.5	Instante da individualização da coisa.....	950
3.3.6	A impugnação da individualização da coisa.....	950
3.4	A defesa do executado.....	950
3.5	Direito de retenção .....	951
CASO.....		954
4.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....	955
4.1	Tutela pecuniária e técnicas de execução.....	956
4.1.1.	Observações iniciais.....	956
4.1.2	A distinção entre prestações de fazer, não fazer, entregar coisa e pagar .....	958
4.1.3	Sentenças condenatórias e sentenças mandamentais ou executivas na tutela de prestações de pagar .....	959
4.2	Fase inicial da execução.....	959
4.2.1	Pagamento voluntário.....	959
4.2.2	O pleito executivo .....	961
4.2.3	O prazo para pagamento voluntário .....	963
4.2.4	A multa condenatória .....	965
4.2.5	O protesto executivo .....	966
4.3	Penhora .....	967
4.3.1	Penhora. Definição. Efeitos.....	967
4.3.2	Responsabilidade patrimonial.....	969
4.3.2.1	Bens do devedor não sujeitos à penhora .....	969
4.3.2.1.1	Impenhorabilidade absoluta .....	970
4.3.2.1.2	Impenhorabilidade relativa .....	973
4.3.3	Bens de terceiros sujeitos à penhora.....	974
4.3.4	Fraude contra credores e fraude à execução.....	976
4.3.5	Procedimento da penhora .....	980
4.3.5.1	Ordem de bens a serem penhorados .....	982
4.3.5.2	A substituição da penhora.....	984
4.3.5.3	A penhora <i>on line</i> .....	986
4.3.5.4	Questões particulares da penhora.....	992

	4.3.5.5	Penhora de quotas ou de ações de sociedades...	995
4.4		Providências preliminares à satisfação do credor.....	996
	4.4.1	A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros .....	996
	4.4.2	Depósito dos bens penhorados.....	998
	4.4.3	Avaliação dos bens penhorados .....	999
	4.4.4	Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora.....	1001
	4.4.5	Alienação antecipada de bens .....	1002
	4.4.6	Outras providências .....	1003
4.5		A defesa do executado.....	1004
	4.5.1	Primeiras considerações .....	1004
	4.5.2	A impugnação à execução .....	1007
	4.5.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	1007
	4.5.2.2	Requisitos para a admissibilidade da impugnação .....	1009
	4.5.2.3	Matérias que podem fundar a impugnação.....	1010
	4.5.2.4	Concessão de efeito suspensivo à impugnação.	1019
	4.5.2.5	Procedimento da impugnação.....	1025
	4.5.2.6	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade.....	1026
	4.5.3	Outras vias de reação do executado .....	1027
	4.5.3.1	Arguição de impedimento e de suspeição.....	1027
	4.5.3.2	Alegação de fatos supervenientes .....	1028
	4.5.3.3	Exceção de pré-executividade .....	1029
	4.5.3.4	Ações autônomas.....	1030
4.6		Satisfação do credor .....	1030
	4.6.1	As formas de satisfação do credor .....	1030
	4.6.2	Natureza jurídica da expropriação .....	1031
	4.6.3	A adjudicação .....	1033
	4.6.3.1	Pressupostos da adjudicação.....	1033
	4.6.3.2	Procedimento da adjudicação.....	1036
	4.6.3.3	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação.....	1037
	4.6.4	A alienação do bem .....	1038
	4.6.4.1	A alienação por iniciativa particular .....	1038

4.6.4.2	A alienação em leilão judicial .....	1039
4.6.4.2.1	A convocação para o leilão judicial .....	1041
4.6.4.2.2	A legitimação para arrematar .....	1043
4.6.5	A arrematação judicial .....	1044
4.6.6	Formas especiais de arrematação .....	1047
4.6.7	A apropriação de frutos e rendimentos de empresas, estabelecimentos e outros bens.....	1047
4.6.7.1	Requisitos da decretação do direito à apropriação de frutos e rendimentos.....	1047
4.6.7.2	Procedimento da apropriação de frutos e rendimentos.....	1048
4.7	Entrega do dinheiro ao credor .....	1049
4.7.1	O pagamento direto.....	1050
4.7.2	O concurso singular de credores.....	1050
CASO	.....	1054
5.	SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1055
5.1	O término da execução.....	1055
5.2	A sentença de extinção da execução.....	1055
5.3	Coisa julgada e execução .....	1057
5.4	A suspensão da execução .....	1058
CASO	.....	1061
6.	O CUMPRIMENTO DA DECISÃO PROVISÓRIA .....	1063
6.1	A necessidade de a sentença poder ser executada na pendência do recurso de apelação.....	1063
6.2	A realidade do direito brasileiro. O ordenamento brasileiro permite a execução da sentença na pendência do recurso de apelação apenas em hipóteses excepcionais.....	1067
6.2.1	Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos .....	1067
6.2.2	Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais.....	1069
6.2.3	A execução na pendência dos recursos extraordinário e especial .....	1069
6.3	Espécies de sentenças executáveis na pendência de recurso não recebido com efeito suspensivo.....	1070

6.3.1	Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade .....	1070
6.3.2	A sentença com eficácia condenatória. A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento .....	1071
6.4	Outros provimentos passíveis de execução provisória .....	1072
6.5	Executividade imediata e cognição.....	1073
6.5.1	Cumprimento provisório ou cumprimento fundado em decisão provisória? .....	1075
6.5.2	Execução completa e execução incompleta.....	1076
6.5.3	A interpretação da expressão “cumprimento provisório da sentença”.....	1078
6.6	A efetivação completa da decisão provisória. Os arts. 520, IV e 521 ....	1078
6.6.1	O parâmetro procedimental da execução de título provisório.....	1080
6.7	A responsabilidade do exequente da decisão provisória. O art. 520, I ...	1080
6.8	A restituição ao estado anterior e o dever de reparar o dano. O art. 517, II .....	1081
6.9	A defesa no cumprimento de decisão provisória .....	1082
	CASO.....	1083
7.	FORMAS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS.....	1085
7.1	Cumprimento de decisão de prestação alimentícia .....	1085
7.1.1	Primeiras considerações .....	1085
7.1.2	Espécies de alimentos e seu regime.....	1086
7.1.2.1	Alimentos definitivos e provisórios .....	1087
7.1.2.2	Alimentos legítimos, voluntários e indenizativos .....	1088
7.1.2.3	Alimentos naturais e civis .....	1090
7.1.3	Formas de execução dos alimentos .....	1090
7.1.3.1	Desconto em folha.....	1092
7.1.3.2	Prisão civil .....	1094
7.1.3.3	Expropriação .....	1097
7.1.3.4	Constituição de capital .....	1098
7.1.4	Procedimento da execução de prestação alimentícia .....	1099

7.1.4.1	A fase inicial do cumprimento de decisão que impõe prestação alimentar. A aplicação do art. 523, § 1.º. O protesto do título .....	1100
7.1.4.2	Execução por desconto em folha .....	1102
7.1.4.3	Execução por coerção pessoal (prisão civil).....	1103
7.1.4.4	Execução por expropriação .....	1104
7.1.4.5	Execução por outros meios.....	1105
7.2	Cumprimento contra a Fazenda Pública .....	1106
7.2.1	O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública.	1106
7.2.2	Procedimento .....	1107
7.2.3	Regime de precatórios.....	1110
7.2.4	Requisição de pagamento.....	1113
CASO	.....	1115
8.	PARTICULARIDADES DA EXECUÇÃO DOS DEMAIS TÍTULOS JUDICIAIS.....	1117
8.1	Execução por quantia certa fundada nos demais títulos judiciais.....	1117
8.1.1	Introdução .....	1117
8.1.2	A liquidação dos títulos.....	1117
8.1.3	Cumprimento provisório .....	1118
8.1.4	Técnica executiva aplicável às prestações pecuniárias representadas por títulos judiciais não consistentes em decisão judicial.....	1119
8.1.5	O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 523, § 1.º.....	1120
8.1.6	O início da execução .....	1120
8.1.7	Outras questões pontuais .....	1121
8.2	A execução das prestações de fazer, não fazer e entregar coisa previstas nestes títulos judiciais.....	1122
CASO	.....	1124
SOLUÇÕES DOS CASOS	.....	1125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	.....	1137